



Esperança e Governança

A nossa visão, um mundo onde todas as pessoas têm os seus direitos protegidos, é, também ela, orientadora de todos os processos necessários à governação da nossa organização. É também este o mantra que guia a estratégia definida pela Direção, auscultando os membros, seguindo as recomendações dos restantes órgãos sociais e sendo aconselhada pelo diretor executivo e equipa. Um mundo onde todos e todas gozem de todos os seus direitos, é sempre esta a nossa candeia, que nos alumia duas vezes, como fim que queremos alcançar e como esperança que nos fortalece nas dificuldades da nossa missão.

Foi dessa mesma esperança que nos enchemos num ano de tantas adversidades como o de 2020. O medo sempre foi fácil de promover. Sabemos bem que o difícil é contrariá-lo. Num período de derivas autoritárias, queremos contrariá-lo com a esperança. Mas com uma esperança realista, reconhecendo que promover os Direitos Humanos é hoje um desafio ainda mais exigente. Contra o medo, precisamos por isso de mais estratégia, para podermos potenciar os nossos recursos que são sempre escassos - e para podermos sentir que temos razões para ter esperança.

É por isso que o movimento está a preparar um plano estratégico para os próximos 8 anos, que nos permita ter um horizonte de objetivos para, no atual contexto, conseguirmos promover as liberdades e combater as desigualdades.

Foi com este desígnio que, em fevereiro, a Direção, o Diretor e a Diretora Adjunta da Amnistia Internacional - Portugal estiveram reunidos para identificar prioridades em Portugal, em consonância com as prioridades que estão a ser estabelecidas a nível internacional.

Neste encontro, foi iniciada uma avaliação ao Plano Estratégico ainda em vigor, no sentido de se perceber o tanto que se cumpriu e o que ainda nos falta cumprir em termos de efetivação de direitos, tanto a nível nacional como a nível internacional. Serviu esta análise para se começar a pôr em perspetiva o que ainda se quer encaixar no próximo plano estratégico, tendo em conta as linhas orientadoras preparadas pelo movimento para a finalização da Estratégia Global de atuação da Amnistia Internacional.

Nesta tarefa contamos com a participação, por videochamada, do responsável do Secretariado Internacional pela estratégia global, Danny Vannucchi.

Aproveitando este encontro para o planeamento estratégico, uma vez que se tinham realizado eleições para a Direção no final do ano de 2019, foi também feita a indução à nova secretária da Direção, Sandra Pereira, reforçando-se também os papéis e

responsabilidades de todos os membros, onde se analisaram ainda os resultados da avaliação de desempenho da direção.

Neste encontro, foi ainda apresentado o estudo de perceção da marca Amnistia Internacional em Portugal, que contribuirá para reforçar a operacionalização da estratégia de crescimento, tendo em conta a fidelização e retenção.

A imprevisibilidade acabaria por nos chegar no princípio do ano. Num contexto de pandemia, os Direitos Humanos não podem ficar para trás. Tivemos não só de identificar os desafios que se tornaram atuais, mas também perspetivar o caminho a percorrer para que a nossa visão se torne uma realidade.

Estivemos conscientes das dificuldades que se atravessariam neste caminho: umas novas, outras o agudizar de problemas já existentes.

Os estados de emergência decretados por vários países podem acarretar abusos inaceitáveis, concretizados em violações dos direitos, liberdades e garantias.

No combate à crise sanitária é importante não esquecer os princípios fundamentais das democracias e do cumprimento por parte dos Estados do ideário humanista subjacente à ideia de Direitos Humanos, firmado na lei internacional subscrita e ratificada por grande parte dos países.

Era também essencial voltarmos a refletir e a reconduzir meios para alguns direitos cujas violações se tornaram mais notórias no atravessar desta crise, como o direito à saúde, o direito à habitação, o direito ao emprego e direitos dos/as trabalhadores/as, tantas vezes ignorados. Era e continua a ser, tempo de relembrar os valores que consagram a indivisibilidade e a universalidade dos Direitos Humanos e uma abordagem holística à sua construção e efetivação. Não há direitos que se cumpram se se ignorarem todos os outros; a defesa de um terá de significar a defesa de todos.

Perante esta imprevisibilidade, a Direção reuniu-se de emergência no início de março, aquando do primeiro estado de emergência e conseqüente confinamento, a fim de elaborar uma reorientação estratégica que possibilitasse à equipa uma adaptação do Plano Operacional para 2020 e o continuar das nossas atividades dentro da maior normalidade possível.

Dessa reunião de emergência resultaram as ideias de adaptação dos modelos de trabalho e ativismo no departamento de campanhas, comunicação e ativismo; o privilegiar os meios de comunicação on-line; a proliferação das nossas campanhas e visão nas redes sociais e nos órgãos de comunicação social; o aprofundar das nossas mensagens e advocacia em relação aos direitos económicos, sociais e culturais; a partilha com o nosso público dos nossos sucessos, conquistas e o reforçar da mensagem de esperança; a iniciação da educação para os Direitos Humanos em formato on-line e e-learning; uma aposta na diversificação dos meios de angariação de fundos; e novas medidas para a contenção de gastos e aumento de receitas.

Na nossa secção, esta situação exigiu de todos, equipa executiva, órgãos sociais, estruturas operacionais, apoiantes e ativistas, resposta pronta, planeada com



agilidade, flexibilidade e empenho de modo a que o trabalho da Amnistia Internacional continuasse a ser a resposta que é esperada de quem tem como lema “ser luz” na escuridão.

Foi ainda em março que se realizou o Fórum Regional Europa e Ásia-Central em modo on-line, onde voltou a ser discutido o esboço do futuro Plano Estratégico Internacional, dando, também, enfoque a possíveis alterações em virtude da pandemia, bem como uma partilha pelas secções presentes sobre os problemas que enfrentavam naquele momento de adaptação à COVID-19 e às várias restrições que esta impôs.

Foi também possível uma discussão sobre a componente financeira deste futuro plano a aprovar em 2021, mas também sobre o impacto já presente no movimento, resultante da já referida pandemia.

Fizeram parte da delegação portuguesa ao Fórum Regional a presidente da Direção Patrícia Filipe, o vice-presidente da Direção Miguel Ferreira e a diretora-adjunta Sandra Lemos, uma vez que o diretor executivo se encontrava fora do país em trabalho/missão.

A 27 de junho realizámos a nossa Assembleia Geral num modelo misto, presencial e on-line, depois de ter sido adiada em consequência do confinamento geral e devidamente regulamentada pelo Governo a extensão do prazo para a sua realização. Nesta Assembleia procedeu-se à apresentação e aprovação dos Relatórios de Atividades e de Contas, ambos por unanimidade e com palavras de encorajamento por parte dos membros presentes.

Foi também aprovada nesta reunião a proposta da Direção da revisão do regime de quotas, no que diz respeito ao alargamento da abrangência da quota reduzida, mas também a introdução de um terceiro valor de quota, com carácter transitório. Esta proposta surgiu dentro de uma visão estratégica de crescimento em número de membros, para mais participação e mais representatividade, para que nos seja possível alcançarmos pessoas em posições de maior fragilidade social e integrá-las no trabalho de defesa dos Direitos Humanos.

De 25 de agosto a 25 de setembro, realizou-se mais uma edição do Festival de Cinema IndieLisboa, este ano em moldes diferentes, mas dentro do mesmo espírito. Continuou, também, a nossa participação, tendo a secretária da Direção integrado o júri para atribuição do Prémio Serra Lopes para filmes e curtas-metragens com temáticas de Direitos Humanos.

A 17 de outubro a Direção realizou o habitual encontro com membros, para apresentação dos assuntos a serem tratados na Assembleia Global, sendo também um momento de aconselhamento e orientação de voto, na tentativa de construção de uma verdadeira democracia interna e participativa. Este encontro foi dinamizado pela presidente da Direção, Patrícia Filipe, pelo vogal Manuel Coutinho e pelo diretor executivo, Pedro Neto, representantes da secção à Assembleia Global.

A 24 de outubro a Direção reuniu com o diretor executivo, os diretores de departamento e a presidente do Conselho Fiscal e de Responsabilização, para discutir o primeiro esboço do Plano de Crescimento para o período de 2021-2028. Este plano reflete a visão estratégica de aposta na fidelização e retenção de membros e apoiantes, bem como na diversificação dos meios de angariação de fundos, ideias que acompanham o rumo traçado desde o início de funções desta Direção e que ganharam reforço com a situação de exceção que, entretanto, se impôs sobre todos e todas nós. Após clarificação de alguns pontos do Plano de Crescimento e de sugestões dadas pelos/as presentes, perceberam-se melhoramentos ao esboço apresentado, assim como se definiram novas tarefas para a construção do plano final, a ser apresentado aos membros no decorrer do ano 2021.

Este esboço de Plano de Crescimento acompanha as indicações do movimento, bem como incorpora ideias que virão a constar da estratégia global.

No dia 31 de outubro a Direção proporcionou um encontro com membros em virtude do aproximar de uma Assembleia Geral eletiva, com vista a estimular os membros a se candidatarem aos vários órgãos sociais.

Em anos anteriores tem-se assumido como espaço a este estímulo o Encontro de Capacitação e Liderança, que em virtude dos constrangimentos atuais se tornou impossível de realizar, pelo menos nos moldes normais.

No contexto de uma visão estratégica tendo em vista a preparação de futuras lideranças, a Direção decidiu realizar um encontro que motivasse os membros a assumirem a responsabilidade pela Governança da nossa organização. Este encontro pretendia servir para partilhar experiências, esclarecer dúvidas e dar a conhecer o caminho que, em conjunto, temos percorrido.

Neste encontro estiveram presentes a Direção, o diretor executivo, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral e a Presidente do Conselho Fiscal e de Responsabilização.

A Assembleia Global do movimento viria a realizar-se nos dias 7 e 8 de novembro. Nela participaram, em representação da nossa secção, a presidente da Direção, Patrícia Filipe, o vogal da Direção Manuel Coutinho e o nosso diretor executivo, Pedro Neto.

Do interregno estratégico do momento, à esperança trazida por uma nova Secretária-Geral, da dúvida em relação ao futuro, à certeza dos nossos valores e ideais, várias foram as questões ali abordadas. Prova desses valores e ideais são as linhas orientadoras do próximo período estratégico, em que mais do que prever os desafios vindouros na defesa dos Direitos Humanos, se reservam a recentrar o movimento nas nossas causas, valores e ferramentas fundamentais, como o mostram a prioridade dada à defesa da liberdade de associação e expressão, ao combate a todos os tipos de



discriminação e desigualdade, o reforço dos departamentos de investigação e/ou a preocupação com o bem-estar dos membros e apoiantes.

No dia 26 de novembro, o Conselho Geral demonstrou a vontade inabalável das nossas estruturas operacionais em dizer presente, partilhando as suas preocupações, mas também ambições, assim como os projetos que aguardam o fim desta pandemia, apresentando as novas e novos coordenadores/as, e pensando em conjunto um sonho que é mais um ponto de união e coesão interna, o futuro Centro de Direitos Humanos, infraestrutura que nos irá permitir crescer enquanto movimento, mas também enquanto casa mãe segura e livre para a difusão dos Direitos Humanos em Portugal.

No dia 5 de dezembro realizou-se a última Assembleia Geral do ano, em modo on-line, onde foram apresentados e aprovados por unanimidade o Plano Operacional e o Orçamento para 2021.

Como é habitual, esta Assembleia Geral constitui o espaço por excelência de informação aos membros dos projetos em curso, tendo especial relevância a apresentação do projeto e das negociações em curso para o Centro de Direitos Humanos e nova sede da Amnistia Internacional Portugal.

Em tempos como os que vivemos, é importante continuarmos a não baixar os braços, lutarmos pelo mundo em que acreditamos e fazermos da união a nossa força. Tal

como preconizou Peter Benenson: essa é a única forma de cessar as constantes violações de Direitos Humanos.

São tempos difíceis, mas todos/as nós, membros, apoiantes, ativistas, órgãos sociais e equipa executiva estamos habituados/as às dificuldades. Essa é a nossa fibra, essa é a nossa força, essa é a nossa forma de estar na vida!

Ambicionemos, tanto quanto nos for possível, para que, mais do que perspetivarmos o futuro que desejamos, consigamos construí-lo em conjunto.

Relembremos sempre a esperança, um mundo onde todas as pessoas têm os seus direitos protegidos, essa candeia, que como a que vai à frente, nos alumia duas vezes.

A Direção da Amnistia Internacional Portugal
26 de março de 2021